

ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 005/2019

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES:

Trata-se de Projeto de Lei em que o Chefe do Poder Executivo Municipal de Xangri-Lá, pretende revogar as Leis Municipais n. 1774/15 e 1790/15, que autorizam o repasse anual, aos Agentes Comunitários de Saúde, dos valores recebidos do Governo Federal.

O projeto dispõe sobre matéria inserida na competência do Poder Executivo do Município nos termos da Lei Orgânica Municipal.

A Câmara Municipal é competente para analisar a matéria e a iniciativa do projeto é privativa do Poder Executivo.

Pretende o Prefeito, a revogação das Leis Municipais acima citadas, explicitando suas razões através da exposição de motivos que acompanha o projeto.

O Projeto de Lei em análise atende aos dispositivos constitucionais, Lei Orgânica Municipal de Xangri-Lá e competências regimentais.

Quanto a técnica legislativa, a cláusula de revogação deve sempre ser específica, a fim de que não paire dúvidas quanto à revogação, pois assim estabelece o art. 9º da Lei Complementar nº 95/1998 que *Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.*

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Diante do Exposto, sugiro que seja consultado o Autor da proposta, a fim de que informe especificamente quais as disposições que pretende revogar no art. 2º da proposta. Com a resposta, corrigido a técnica legislativa, pode o projeto seguir os trâmites previstos na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara de Vereadores

É o meu parecer, salvo melhor juízo.
Xangri-Lá, 04 de fevereiro de 2019.

Rafael Scheffer de Medeiros

LEI Nº 1790, DE 02/09/2015

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 1.774, DE 08 DE JULHO DE 2015, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR ANUALMENTE, VALORES AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ESF, REFERENTE AO INCENTIVO FINANCEIRO RECEBIDO DO GOVERNO FEDERAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ/RS. Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao art. 61, IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 1.774, de 08 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, anualmente, aos Agentes Comunitários de Saúde, os valores recebidos do Governo Federal, inclusive retroativos, nos termos da Portaria nº 1761, de 24 de julho de 2007, do Ministério da Saúde, proporcionalmente a efetividade do ano anterior, a título de prêmio para desenvolvimento da atividade de Agente Comunitário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL em, 02 de setembro de 2015.

CILON RODRIGUES DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MARIA ISABEL CASTRO EBERLE
Secretária de Administração

Visualizar Ato na Inteira: Lei Ordinária Nº 1790/2015 - Xangri-lá-RS

([www.leismunicipais.com](http://www.leismunicipais.com.br/RS/XANGRI-LA/LEI-1790-2015-XANGRI-LA-RS.p)<http://www.leismunicipais.com.br/RS/XANGRI-LA/LEI-1790-2015-XANGRI-LA-RS.p>)

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 22/06/2016



LEI Nº 1774, DE 08/07/2015

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
REPASSAR ANUALMENTE, VALORES
AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE
SAÚDE - ESF, REFERENTE AO
INCENTIVO FINANCEIRO RECEBIDO
DO GOVERNO FEDERAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ/RS. Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao art. 61, IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, anualmente, aos Agentes Comunitários de Saúde, os valores recebidos do Governo Federal, nos termos da Portaria nº 1761, de 24 de julho de 2007, do Ministério da Saúde, proporcionalmente a efetividade do ano anterior, a título de prêmio para desenvolvimento da atividade de Agente Comunitário.~~

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar, anualmente, aos Agentes Comunitários de Saúde, os valores recebidos do Governo Federal, inclusive retroativos, nos termos da Portaria nº 1761, de 24 de julho de 2007, do Ministério da Saúde, proporcionalmente a efetividade do ano anterior, a título de prêmio para desenvolvimento da atividade de Agente Comunitário. (Redação dada pela Lei nº 1790/2015)

Art. 2º O incentivo referido no art. 1º tem caráter indenizatório.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL em, 08 de julho de 2015.

CILON RODRIGUES DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MARIA ISABEL CASTRO EBERLE
Secretária de Administração

Visualizar Ato na Integra: Lei Ordinária Nº 1774/2015 - Xangri-lá-RS

(www.leismunicipais.com<http://www.leismunicipais.com.br/RS/XANGRI-LA/LEI-1774-2015-XANGRI-LA-RS.p>)

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 20/10/2016